

A GREVE QUE QUEREM CALAR!



Como sabem, de acordo com o aviso prévio de greve emitido para o dia 25/01/2019, *“os serviços mínimos são assegurados, nos serviços referidos nos artigos 397º da LCTF e 537º do Código do Trabalho que funcionem ininterruptamente 24 horas por dia, nos sete dias da semana, propondo-se indicativamente, em termos efectivos, um número igual àquele que garante o funcionamento aos domingos, no turno da noite, durante a época normal de férias, sendo que tais serviços serão fundamentalmente assegurados pelos trabalhadores que não pretendam exercer o seu legítimo direito à greve.”*

Por não existir acordo relativamente aos serviços mínimos propostos no aviso prévio de greve, o Tribunal Arbitral, através de acórdão proferido no âmbito do processo nº 02/2019-SM, decidiu fixar os seguintes serviços mínimos:

- *“Os que visam satisfazer necessidades de urgência imediata e de urgência deferida, tais como aqueles de cujas ausências possam resultar um dano irreversível, medicamente fundamentadas.”*
- Quanto ao número de trabalhadores necessários para assegurar os mínimos nesses mesmos serviços, foi determinado que:
“Os trabalhadores adstritos são os mesmos previstos para a Escala normal de domingo (manhã, tarde e noite).”

Com base nesta definição de serviços mínimos proferida pelo Tribunal Arbitral, vários Centros Hospitalares cometeram ABUSOS, tendo-se inclusivamente estabelecido serviços mínimos para serviços que não funcionam aos fins-de-semana, feriados e tolerâncias, e tudo isto com a luz verde do Tribunal Arbitral, num verdadeiro atentado ao exercício do direito à Greve.

Um deles foi o CENTRO HOSPITALAR DE TONDELA-VISEU, EPE

Este Centro Hospitalar solicitou - sabe-se lá porquê - que fossem assegurados mínimos em serviços que encerram aos sábados, domingos, feriados e tolerâncias, tais como (exemplos):

- | | |
|---|---|
| – Reprografia; | – Anatomia Patológica; |
| – Serviço de Aprovisionamento; | – Central Telefónica (Tondela); |
| – Serviço de Instalações/Equipamentos; | – Consulta Externa; |
| – Serviço de Viaturas; | – Consultas Externa/Hosp. Dia de Psiquiatria; |
| – Serviços Religiosos/Apoio serviços administrativos; | – Hospital de dia de Ginecologia; |
| – Serviços farmacêuticos; (Não têm A.Op. ao domingo e no sábado fecha às 18h) | – Medicina Física e Reabilitação; |
| – Admissão de Doentes – Arquivo Clínico; | – Exames Especiais; |
| | – Transporte de Doentes (Mensageiros); |

Ora, serão estes serviços considerados indispensáveis? Estarão estes serviços ligados à satisfação de necessidades sociais impreteríveis? Visam estes serviços satisfazer necessidades de urgência imediata e de

urgência deferida, tais como aqueles de cujas ausências possam resultar um dano irreversível, medicamente fundamentadas?

Obviamente que NÃO!

Se o fossem, estariam abertos 24h por dia, 7 dias por semana.

O CHTV, aproveitando o desconhecimento que o Tribunal Arbitral tem dos locais de trabalho, não só conseguiu que fossem considerados como serviços necessários e impreteríveis, serviços que se encontram encerrados aos fins-de-semana, feriados e tolerâncias, determinando a sua abertura no dia de greve, como nalguns casos fixou como meios necessários para os garantir, o mesmo numero de Assistentes Operacionais que asseguram o serviço num dia normal de trabalho.

A administração com esta atitude pouco ética, desrespeitou todo um grupo profissional, permitindo, ainda, que a chantagem, o medo e a ameaça imperassem juntos dos Assistentes Operacionais, já que estes foram sucessivamente ameaçados com processos disciplinares ou até faltas injustificadas, caso não comparecessem no serviço.

A isto, acresce o facto de os responsáveis pelos serviços não terem, atempadamente e de forma clara e inequívoca, designados os trabalhadores que assegurariam os mínimos, tendo-se instalado em muitos serviços a desordem e a confusão.

Por tudo isto, o CHTV não contribuiu nem para um melhor serviço público aos seus utentes, nem para o melhor ambiente que se exige em ambiente hospitalar!

Face a esta VERGONHA, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas, já interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa, de modo a evitar que esta situação se volte a repetir na Greve do próximo dia 15/02/2019.

NÃO NOS CALARÃO!!

Adere à



**Paramos
para o país
AVANÇAR!**



Juntos somos mais fortes!

SINDICALIZA-TE  **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização